



“Nada pode me ligar a golpistas”

Governador afastado do DF, Ibaneis Rocha diz que a operação da Polícia Federal, da qual foi alvo, vai mostrar a “completa inocência” dele na manifestação terrorista em 8 de janeiro e enfatiza manter a confiança no sistema judiciário

» MARCOS BRAZ*

O governador afastado do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), usou o perfil no Twitter para comentar a operação de busca e apreensão, feita pela Polícia Federal, da qual foi alvo ontem. Ele declarou que a ação mostrará sua “completa inocência” no caso dos atos golpistas em 8 de janeiro, em Brasília.

“A operação realizada em minha casa, no meu gabinete e até no escritório do qual estou licenciado há mais de 4 anos vai mostrar minha completa inocência em relação aos lamentáveis fatos do último dia 8 de janeiro”, escreveu.

Ele disse nada temer, porque não teve envolvimento com a manifestação terrorista. “Não há nada que possa me ligar aos golpistas que atacaram os três Poderes. Eu sempre me comportei de modo a colaborar com as investigações e mantenho a mesma postura. Cheguei a fazer um depoimento espontâneo à Polícia Federal, mostrando que não há o que temer”, enfatizou. A oitiva espontânea ocorreu na semana passada. Nela, o governador negou convivência com os atos violentos.

Ibaneis disse acreditar na elucidação de todo o caso e frisou estar pronto para prestar as informações que forem necessárias. “Mantenho a fé em nosso sistema Judiciário e a certeza de que tudo restará esclarecido”, ressaltou. “Estou afastado do Distrito Federal exatamente para que o trabalho dos policiais e da Justiça transcorra sem qualquer óbice, sempre à disposição para novos esclarecimentos.”

Mais cedo, em nota, os advogados Alberto Toron e Cleber Lopes, que fazem a defesa de Ibaneis, afirmaram considerar que a busca na residência do gestor e no escritório dele, “embora inesperada, posto que o governador sempre agiu de maneira colaborativa em relação à apuração dos fatos em referência, certamente será a prova definitiva da

Renato Alves/ Agência Brasília



Ibaneis Rocha ressaltou ter tomado a iniciativa de depor à Polícia Federal, na semana passada, “mostrando que não há o que temer”



Estou afastado do Distrito Federal exatamente para que o trabalho dos policiais e da Justiça transcorra sem qualquer óbice, sempre à disposição para novos esclarecimentos”

Ibaneis Rocha,
governador afastado do DF

inocência do chefe do Executivo do Distrito Federal”.

Em entrevista à CNN, Toron destacou que as provas colhidas pela Polícia Federal devem colaborar para provar a falta de ligação entre Ibaneis e a permissividade das autoridades com as ações de vandalismo. “Não acreditamos que esses ambientes, que são ambientes dele, a casa, o trabalho, tenham qualquer coisa que possa comprometê-lo, por uma razão muito simples: a posição dele é muito clara nesse episódio. Tanto é verdade, que ele pediu para prestar depoimento.”

O defensor avaliou que a operação “transcorreu dentro da normalidade” e que houve plena colaboração de Ibaneis. De acordo com Toron, o termo de arrecadação — documento enviado pela polícia após uma busca e apreensão especificando quais

itens foram levados do local-alvo — ainda não foi enviado, logo, a equipe jurídica não tem informação do que interessou à PF.

O advogado disse que a omissão partiu das forças de segurança. E lembrou que o governador afastado reconheceu a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e colaborou com o governo de transição.

A defesa do ex-secretário-executivo de Segurança Pública do Distrito Federal Fernando de Sousa Oliveira afirmou que ele confia “na Justiça e na higidez na condução das investigações que, irrefutavelmente, apontam para a sua inocência”. Lembrou, ainda, que Oliveira entregou, de maneira voluntária, o celular para análise da Polícia Federal.

***Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa**

» Acesso aos autos do inquérito

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou às defesas do ex-coronel da Polícia Militar do DF Fábio Augusto Vieira e do ex-secretário executivo da Segurança Pública do DF Fernando de Souza Oliveira o acesso aos autos do inquérito que apura se houve omissão e outros crimes de autoridades nos atos golpistas em 8 de janeiro. Moraes já tinha feito a mesma determinação em relação às defesas do governador afastado Ibaneis Rocha e do ex-secretário de Segurança Pública do DF Anderson Torres.

Costa Neto isenta Bolsonaro

O presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, responsabilizou o governo de Luiz Inácio Lula da Silva pela invasão e depredação dos prédios dos Três Poderes por bolsonaristas radicais, em 8 de janeiro, em Brasília. “A culpa de tudo isso é do governo atual. São eles quem mandam no Exército, nas polícias, e isso aconteceu. Não tinha policial suficiente para defender os prédios federais”, frisou, entrevista à rádio CBN.

“A responsabilidade é do ministro da Justiça (Flávio Dino), que fez uma portaria que dizia que a Força Nacional iria defender os blocos federais, e não tinha um cidadão da Guarda Nacional lá. Ninguém incentivou nada. O silêncio de Bolsonaro vem desde a derrota nas eleições”, acrescentou o dirigente.

Retorno

Costa Neto ainda buscou minimizar o teor de uma minuta de decreto de estado de defesa apreendida na residência do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres, durante operação da Polícia Federal. De acordo com o rascunho do documento, o objetivo era reverter o resultado da eleição presidencial de 2022. Segundo Valdemar, muitas pessoas enviaram relatórios com ideias ilegais para impedir a posse de Lula.

Ele também afirmou que Bolsonaro pretende retornar ao Brasil no fim deste mês. O chefe do Executivo está nos Estados Unidos desde 30 de dezembro, quando, a três dias do fim de seu mandato, se recolheu em condomínio na região de Orlando, na Flórida.

OAB avaliará eventuais violações

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti, afirmou que o Conselho Federal do órgão tomou conhecimento da realização de busca e apreensão no escritório de advocacia do governador afastado do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, e que vai prestar suporte à OAB-DF para assegurar o respeito às prerrogativas da profissão.

“Ibaneis Rocha é advogado, ex-presidente da OAB-DF e ex-diretor nacional da OAB, tendo exercido as funções de secretário-geral adjunto e corregedor nacional da OAB. A legislação estabelece em quais circunstâncias e de que modo esse tipo de procedimento pode ser realizado, justamente para evitar violações de prerrogativas que eram comuns no Brasil até recentemente”, enfatizou.

Simonetti ressaltou que a “inviolabilidade dos escritórios de advocacia é uma pauta extremamente cara para toda a classe”. “Nossa luta para proteger esse pilar do Estado Democrático de Direito por meio de sua inclusão na Lei 14.365/22 não poderá ter sido em vão”, destacou. “Vamos conhecer os termos e as razões da decisão que determinou a execução da medida e, se forem constatadas violações de prerrogativas da advocacia, vamos enfrentá-las, na forma da lei.”

Também em nota, a a Seccional do Distrito Federal da OAB informou que, “como é imposição legal”, “acompanha casos

Pellipe Sampaio/SCO/STF



Simonetti: Conselho Federal da OAB atuará para assegurar o respeito às prerrogativas da profissão

em que a Justiça determina busca e apreensão contra escritórios de advocacia em vista de não serem feridas as suas prerrogativas profissionais e sempre no estrito cumprimento da ordem judicial”.

“Assim fez, acompanhando a ação, especificamente, no escritório de advocacia, do qual, resalta-se, o governador Ibaneis Rocha está licenciado por exercer cargo incompatível com a advocacia”, completa o comunicado.



Vamos conhecer os termos e as razões da decisão que determinou a execução da medida e, se forem constatadas violações de prerrogativas da advocacia, vamos enfrentá-las, na forma da lei”

Beto Simonetti, presidente da OAB

Kakay critica operação: “Arbitrariedade e abuso”

» TALITA SOUZA

O advogado criminalista Antônio Carlos de Almeida Castro, conhecido como Kakay, criticou a determinação de um mandado de busca e apreensão no escritório de advocacia do governador afastado do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), no Edifício Via Esplanada, no Setor de Autarquias Sul. Agentes da Polícia Federal entraram no local para cumprir decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) referente à investigação dos atos golpistas em 8 de janeiro.

Kakay classificou a operação como um “atentado à estabilidade democrática”. “Esta não é uma questão política, é de respeito aos direitos dos advogados e dos que precisam se socorrer na advocacia. Na verdade, é um atentado à estabilidade democrática”, declarou, em nota.

Para o advogado, “a busca e apreensão atinge por tabela todos os clientes, com a quebra do sigilo sagrado entre o advogado e cliente”. “É assim que se instala a arbitrariedade e o abuso contra o Estado Democrático de Direito”, acrescentou.

Mariana Lins/CB/D.A Press



Kakay: “Atentado à estabilidade democrática”

O defensor elogiou a carreira do governador na advocacia e pregou que “a comunidade jurídica e democrática se manifeste” sobre a entrada dos policiais no escritório. “Ibaneis foi presidente da OAB (Ordem dos Advogados Brasileiros) e era, até a posse no cargo de governador, um advogado militante com intensa atuação”, pontuou.

A operação foi pedida pelo Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos da Procuradoria-Geral da República (PGR) e determinada pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF.